



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

CREDENCIAMENTO N° 00002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 240702CD00002

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

Prefeitura Municipal de Equador

Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN

CEP: 59355-0000 - Tel.: (084) 34750001.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 00002/2024

A Prefeitura Municipal de Equador/RN, com endereço à Rua Jose Marcelino de Oliveira, Bairro Dinarte Mariz, n° 100, Centro, Equador/RN, neste ato representada pelo seu **Prefeito Sr. Cletson Rivaldo de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais, nos previstos na lei n° 14.133/2021 e regulamentada pela Decreto Municipal N° 001, de 12 de Janeiro de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme processo administrativo licitatório n° 240702CD00002, realizará **CREDENCIAMENTO para o fornecimento de passagens individuais interestaduais e estaduais visando proporcionar o deslocamento de cidadãos do município de Equador/RN que necessitam de tratamento médico especializado em outras localidades e para servidores em deslocamento a trabalho.**

O Credenciamento será realizado pela Comissão Contratação, designada pela Portaria n° 107, de 10 de abril de 2024.

1 - DO OBJETO

Aquisição de passagens individuais interestaduais e estaduais visando proporcionar o deslocamento de cidadãos do município de Equador/RN que necessitam de tratamento médico especializado em outras localidades e para servidores em deslocamento a trabalho, garantindo o acesso a cuidados de saúde adequados e de qualidade, conforme condições estipuladas no presente Edital e Tabela abaixo:

2 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QNT
1	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames e outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Caicó/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	1400



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

2	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Natal/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	2100
3	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Currais Novos/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	560
4	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Campina Grande/PB ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	1400
5	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Parelhas/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	700

3 – DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar do credenciamento, profissionais autônomos ou as pessoas jurídicas que atendam às exigências constantes no presente edital.

3.2. Não poderão participar os interessados que estiverem sob insolvência civil, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, sociedades estrangeiras que não funcionem ou que não estejam autorizadas a operar no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, e interessados dos quais seja sócio, dirigente ou responsável técnico, qualquer servidor de órgão ou entidade pertencente à Prefeitura Municipal de Equador/RN.

3.3. Não será permitida a participação de empresas ou cooperativa em consórcio.

3.4. A participação no credenciamento implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

3.5. Uma vez que os serviços terão sua origem de realização e saída (majoritariamente)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

na sede do Município de Equador/RN. Será exigida cópia do documento do veículo devidamente regularizado e autorizado para exercer os serviços de taxis emitidos pelo Município de Equador/RN.

4 - DOS PRÉ - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor da administração municipal, caso não sejam emitidos eletronicamente;
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão;
- c) Preferencialmente rubricados e numerados sequencialmente na ordem da lista abaixo, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;
- d) Serão aceitas somente cópias legíveis;
- e) Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- f) A Prefeitura Municipal de Equador/RN não se responsabilizará pelos documentos que não sejam na data e horário definidos neste Edital.
- g) Não serão credenciadas as pessoas que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos solicitados, ou o fizerem de forma incompleta.
- h) A Comissão de Fiscalização ou o Fiscal de contrato poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento da pessoa jurídica ou profissional autônomo, que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas no presente edital ou descumprir qualquer cláusula e condição do Contrato que vier a ser celebrado, bem como de qualquer regulamentação que venha a ser promulgada, assegurado o direito de defesa nos termos da legislação aplicável.

4.1 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados e, no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício ou ainda Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, para o caso de se enquadrar nessa condição;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Carteira de Identidade e CPF do proprietário e/ou dos Sócios;

REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos **Tributos federais**, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), do domicílio sede da contratante assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

nos termos do art. 43 da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006;

- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**; assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS**: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal; assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006.
- e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Cópia da CNH categoria "B", "C", "D" ou superior a depender do veículo que o participante pretenda conduzir;
- b) Prova de regularidade do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo), expedido pelo Órgão Competente em plena vigência na data da contratação;
- c) Comprovação da situação de PERMISSIONÁRIO, emitido pela Prefeitura Municipal de Equador;
- d) Prova de regularidade perante o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT);
- e) Comprovação de experiência anterior dos serviços já prestados em características quantidades e prazos, para TODOS os objetos.

OUTRAS DOCUMENTAÇÕES

- a) **TERMO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DEVIDAMENTE PREENCHIDO, CONFORME MODELO (ANEXO II).**
- b) **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII da C.F. conforme ANEXO IV.**
- c) **DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS, conforme ANEXO IV - A.**

Obs.: Todos os documentos deverão apresentar os mesmos dados do solicitante, não podendo haver divergências de informações.

5 - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES ACERCA DA HABILITAÇÃO

5.1. Declaração assinada por quem possua poderes para representá-la em juízo ou fora dele, caso queira apresentar.

5.2. Se a empresa interessada figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, tenham que ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

5.3. Declarações falsas sujeitarão os licitantes, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na legislação pátria em vigor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6 - DO LOCAL E PRAZO E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados deverão acessar o site: www.portaldecompraspublicas.com.br e realizar a entrega da documentação no respectivo portal entre os dias 04/07/2024 a 24/07/2024 as 10:00. Data em que serão realizados os pedidos de credenciamento e julgamento da documentação apresentada.

6.2. O presente credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo solicitar credenciamento qualquer pessoa jurídica, que comprove atuação no ramo pertinente ao objeto deste credenciamento (serviços de taxi cujo código e descrição da atividade econômica principal ou secundário seja 49.23-0-01), durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento.

6.3. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, a critério da Prefeitura Municipal de Equador, justificados os motivos.

7 - DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

7.1. No "Pedido de Credenciamento", redigido na forma do Anexo II, será manifestado o interesse nas prestações dos serviços objeto deste edital, de acordo com os critérios e condições estabelecidos no mesmo.

7.2. As quantidades deverão ser determinadas pela quantidade de credenciados durante a validade do Edital.

8 - DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

8.1. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.

8.2. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos pelo Edital de Credenciamento.

8.3. **Serão credenciados todos os licitantes que satisfizerem as exigências contidas neste edital.**

8.4. Para a execução dos serviços será elaborada uma relação classificatória em conformidade com cada item do objeto, que deverá ser seguida rigorosamente quando da convocação para a prestação do serviço.

8.5. A Classificação Inicial dos credenciados será feita por ordem de apresentação dos documentos e a sessão de análise e julgamento terá início a partir do dia 24/07/2024 onde serão abertos os documentos de credenciamento às 10:00 horas que poderá ser acompanhando no site: www.portaldecomprapublicas.com.br

8.6. Os credenciados que entregarem sua documentação após a data de recebimento dos documentos prevista no Edital, serão encaixados ao final da lista classificatória do respectivo objeto, conforme a ordem dos respectivos pedidos.

8.7. Todos os credenciados assinarão um Termo de Contrato com as condições de prestação dos serviços, conforme minuta constante no anexo III.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

9 - DAS CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO DE DEMANDAS

- 9.1. Executado o serviço ou sendo chamado e não podendo ou querendo atender, o credenciado passará automaticamente para o último lugar da lista classificatória conforme o objeto para o qual se credenciou, podendo ser novamente chamado.
- 9.2. Será vedada a subcontratação ou a contratação de terceiros para realização das atividades objeto deste edital.
- 9.3. Os critérios para classificação, reclassificação, punições e descredenciamento serão elaborados em regulamento em conformidade com o regramento contido no Termo de Referência (Anexo I) e deverá ser confeccionado pelas secretarias do município, ficando todos os credenciados submetidos a tais regras.
- 9.4. Será distribuída uma via de cada regulamento a cada credenciado, quando de sua elaboração.
- 9.5. Em caso de discordância com as regras regulamentadas pela unidade de fiscalização, o credenciado poderá solicitar seu descredenciamento sem prejuízo algum, justificando a sua motivação.
- 9.6. O credenciamento será processado e julgado pela Comissão de Contratação que, à vista das disposições contidas neste edital, deferirá ou indeferirá o pedido;
- 9.7. A decisão quanto ao indeferimento do pedido será comunicada ao interessado por escrito ou por publicação em Diário Oficial.
- 9.8. As decisões da Comissão de Contratação que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da publicação/comunicação da decisão.
- 9.9. Finalizado o prazo da negativa ao credenciamento, ou ainda após a negativa de recurso (caso impetrado), o particular poderá solicitar novamente seu credenciamento, após o prazo de 15 (quinze) dias, desde que escoimados os vícios que impediram seu credenciamento.

10 - DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- 10.1. Os interessados poderão interpor recurso das decisões da Comissão de Licitação, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação da decisão. O recurso, deverá ser devidamente assinado pelo interessado ou procurador regularmente constituído, deverá ser dirigido e interposto perante a Comissão de Contratação, devendo ser protocolado no sistema: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou no endereço no endereço constante no preâmbulo deste edital.
- 10.2. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do prazo legal, bem como enviados por fax, ou ainda, entregues em local e horário diverso ao estipulado no item 10.1.
- 10.3. Recebido o recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-la à decisão da Agente de Contratações que, após regular instrução, proferirá sua decisão.
- 10.4. Da decisão do Agente de Contratações não caberá pedido de reconsideração a Autoridade Superior competente do município nos moldes do Art. 165, § 1º, inciso I da Lei 14.133/21.
- 10.5. A decisão do recurso será publicada em Diário Oficial, assim como comunicada via e-mail ao recorrente, fluindo o prazo a partir da ciência expressa do interessado.
- 10.6. As impugnações deverão ser recebidas e julgadas nos moldes do Art. 164 da Lei 14.133/21.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

11 - DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

11.1. A contratação dos serviços objeto do credenciamento se fará nos termos da minuta de Termo de Contrato que constitui o Anexo III deste edital, pelo que serão credenciados todos os interessados que formularem a solicitação e preencherem as condições exigidas.

11.2. O interessado, cujo pedido de credenciamento for deferido pela Comissão de Licitação, será notificado a celebrar o Termo de Credenciamento nos termos da minuta prevista no Anexo III, devendo ser assinado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

11.3. No ato de assinatura do Termo de Contrato deverão ser reapresentados todos os documentos exigidos neste Edital, que estejam vencidos.

11.4. O prazo de vigência do Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período e sucessivas vezes até o limite previsto no art. 107 da lei 14.133/21.

11.5. A prorrogação dependerá de autorização prévia da Autoridade Municipal Responsável, mediante justificativa por escrito, nos termos do artigo 107 da lei 14.133/21.

12 - DA FONTE DE RECURSOS

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo, e quanto aos exercícios subsequentes, pelas dotações próprias que forem fixadas nos respectivos orçamentos:

10.301.0002.2031	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA
1.500,1002	Recursos do FUS (15%)
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
3390.33	Passagem e despesas com locomoção
1.600,0000	Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600.3110	Trans. da União decorrente de emendas parlamentares individuais
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600.3120	Trans. da União decorrente de emendas parlamentares bancada
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.621.0000	SUS Governo do Estado
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.631.0000	Trans. da União decorrente a convenio e instrumentos congêneres vinculados a saúde
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.632.0000	Trans. da Estado decorrente a convenio e instrumentos congêneres vinculados a saúde
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.659.3110	Outros recurso vinculados a Saúde -trans. da União
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.706.3110	Trans. da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.706.3210	Trans. dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais.
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
10.122.0002.2032	MANUTENÇÃO AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE
1.500,1002	Recursos do FUS (15%)
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
3390.33	Passagem e despesas com locomoção
10.302.0002.2036	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ASS. HOSP. E AMBULATORIAL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

1.500,1002	Recursos do FUS (15%)
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600,0000	Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
3390.33	Passagem e despesas com locomoção
10.304.0002.2038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIG. SANITÁRIA
1.500,1002	Recursos do FUS (15%)
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600,0000	Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
10.305.0002.2039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIG. EPIDEMIOLÓGICA
1.500,1002	Recursos do FUS (15%)
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600,0000	Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

13.1. Caberá ao credenciado as seguintes obrigações no cumprimento do objeto deste credenciamento, dentre outras:

I - Prestação de serviço através da cobrança por passagem individual para transporte de passageiros, em conformidade com o perfil dos deslocamentos efetuados por munícipes, servidores e colaboradores da Prefeitura Municipal de Equador/RN, para os locais que forem determinados no quadro acima e pela Administração em consonância com o objeto credenciado.

II - Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

III - Cumprir toda regulamentação existente no tocante ao transporte de passageiros, bem como as regulamentações internas erigidas pela fiscalização com o fito de melhoria da prestação dos serviços.

14 - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

14.1. A remuneração pelos serviços realizados obedecerá aos valores constantes da Tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR
1	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Caicó/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	50,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

2	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Natal/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	100,00
3	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Currais Novos/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	50,00
4	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Campina Grande/PB ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	50,00
5	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Parelhas/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	20,00

14.2. Ao aceitar os valores acima, o credenciado deverá estar ciente de que este valor já compreende todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos, seguros, taxas, tarifas, preços públicos, pedágios, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do presente edital, não lhe cabendo pleitear qualquer acréscimo, reajuste, reequilíbrio ou ainda variação de custos durante o interregno de um ano contado da solicitação de credenciamento.

14.3. A Prefeitura efetuará o pagamento decorrente da concretização do objeto credenciado, por processo legal, respeitada a ordem cronológica de pagamento, da seguinte maneira:

14.4. Os pagamentos ocorrerão de acordo com os Artigos 5º e 6º do Decreto Municipal N° 002 de janeiro de 2024 após a comprovação da prestação dos serviços mensais realizados, sendo necessária a apresentação dos documentos fiscais devidos.

14.5. Os pagamentos efetuados ao CONTRATADO não o isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

15 - DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

15.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

15.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.6. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

15.7. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

16 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no Termo de Contrato, erros ou atrasos no cumprimento do objeto contratado e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado sanções previstas no Art. 156 após tipificação da conduta prevista no art. 155 da Lei 14.133/21.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Cópia deste Edital poderá ser obtida por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br e deverá ser interpretado na íntegra. Após o encaminhamento do pedido de credenciamento, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2. O presente credenciamento poderá ser revogado por razão de interesse público, decorrente de fato superveniente e comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3. A Comissão de Contratação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do credenciamento, sendo permitido à Comissão ou Autoridade Superior promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou a



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

complementar a instrução do processo, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

17.4. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente credenciamento poderão ser solicitadas à Comissão de Contratação, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

17.5. Nos pedidos de maiores esclarecimentos, os interessados deverão se identificar (nome do representante legal), bem como informar os dados para contato (endereço completo, telefone e e-mail) para que sejam devidamente respondidos.

17.6. Faz parte integrante deste edital os Anexos, I, II e III e IV.

17.7. Fica eleito o foro da Comarca de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, para solucionar quaisquer questões oriundas deste credenciamento.

Equador(RN), em 04 de JULHO de 2024.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CELIA BANDEIRA DA SILVA ARAUJO

RAYSSA MEDEIROS DOS SANTOS

NATALIA ROBERTA SOUZA SILVA

DANUZA RAQUEL DA SILVA FRANÇA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: A aquisição de passagens individuais interestaduais e estaduais visando proporcionar o deslocamento de cidadãos do município de Equador/RN que necessitam de tratamento médico especializado em outras localidades e para servidores em deslocamento a trabalho , garantindo o acesso a cuidados de saúde adequados e de qualidade.

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - A aquisição de passagens individuais interestaduais e estaduais visando proporcionar o deslocamento de cidadãos do município de Equador/RN que necessitam de tratamento médico especializado em outras localidades e para servidores em deslocamento a trabalho , garantindo o acesso a cuidados de saúde adequados e de qualidade -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames e outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho , Sede do Município para Caicó/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município	PASSAGEM	1400
2	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames e outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho , Sede do Município para Natal/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município	PASSAGEM	2100
3	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames e outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho , Sede do Município para Currais Novos/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município	PASSAGEM	560
4	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames e outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho , Sede do Município para Campina Grande/PB ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município	PASSAGEM	1400
5	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames e outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho , Sede do Município para Parelhas/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município	PASSAGEM	700

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

7.1.1.Início: 3 (três) dias;

7.1.2.Conclusão: 12 (doze) meses.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Os pagamentos ocorrerão de acordo com os Artigos 5º e 6º do Decreto Municipal Nº 002 de janeiro de 2024

10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

12.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Equador - RN, 1º de Julho de 2024.

JOADY GOMES DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CRENCIAMENTO N° 00002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 240702CD00002

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 00002/2024

REQUERENTE:	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	

O/A _____(nome), _____(cnpj) com endereço _____, no município Equador/RN, vem por meio de seu(s) representante(s) legal(s) e/ou por seu procurador infra-assinado (anexar procuração), manifestar seu interesse em credenciar-se perante a Prefeitura Municipal de Equador/RN, para prestar o(s) seguinte(s) serviço(s) descrito(s) no(s) objeto(s):

OBS.: MARCAR O(S) OBJETO(S) PARA O(S) QUAL(IS) TEM INTERESSE EM CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	ASSINALAR COM (X) O INTERESSE DE FORNECIMENTO
1	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Caicó/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	
2	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Natal/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	
3	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Currais Novos/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

4	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Campina Grande/PB ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	
5	Serviços de Transporte Individual de pacientes, acompanhantes usuário do SUS para consultas e exames é outros procedimentos de saúde; transporte de usuários dos programas sociais profissionais, servidores em deslocamento de trabalho, Sede do Município para Parelhas/RN ida ou volta. Solicitação de acordo com as necessidades das Secretarias do município.	PASSAGEM	

Declara ter pleno conhecimento das normas e exigências constantes do Edital de Credenciamento nº 00002/2024, da natureza e do escopo dos serviços a serem prestados, bem como da legislação aplicável à espécie, comprometendo-se a realizar as ações necessárias para o fiel cumprimento do Termo de Credenciamento a ser celebrado.

Declara, ainda, que possui os equipamentos exigidos para a prestação do serviço objeto da contratação, e que os mesmos se encontram disponíveis e em bom estado de conservação.

Local e data

Nome, nº carteira de identidade e CPF
e/ou do representante legal e/ou procurador e assinatura.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CREDENCIAMENTO N° 00002/2024

MINUTA DO CONTRATO

CREDENCIAMENTO N° 00002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 240702CD00002

CONTRATO N°:/-.-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Equador - Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN, CNPJ n° 08.086.225/0001-14, neste ato representada pelo Prefeito Cletson Rivaldo de Oliveira, Parelhas, Casado, Professor, residente e domiciliado na Rua Antonio Cantalice Nogueira, 490 - Zona Urbana - Equador - RN, CPF n° 034.148.724-47, Carteira de Identidade n° 001625137 SSPRN, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento n° 00002/2024, processado nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal n° 11.878, de 09 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: A aquisição de passagens individuais interestaduais e estaduais visando proporcionar o deslocamento de cidadãos do município de Equador/RN que necessitam de tratamento médico especializado em outras localidades e para servidores em deslocamento a trabalho , garantindo o acesso a cuidados de saúde adequados e de qualidade.

Veículo tipo: - Placas:

Itinerário:

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento n° 00002/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).
Representado por: ... x R\$

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

10.301.0002.2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA

1.500,1002 Recursos do FUS (15%)

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

3390.33 Passagem e despesas com locomoção

1.600,0000 Recursos do SUS - Bloco Manutenção

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.600.3110 Trans. da União decorrente de emendas parlamentares individuais

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.600.3120 Trans. da União decorrente de emendas parlamentares bancada

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.621.0000 SUS Governo do Estado

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.631.0000 Trans. da União decorrente a convenio e instrumentos congêneres vinculados a saúde

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.632.0000 Trans. da Estado decorrente a convenio e instrumentos congêneres vinculados a saúde

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.659.3110 Outros recurso vinculados a Saúde -trans. da União

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.706.3110 Trans. da União decorrentes de emendas parlamentares individuais

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

1.706.3210 Trans. dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
10.122.0002.2032 MANUTENÇÃO AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE
1.500,1002 Recursos do FUS (15%)
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
3390.33 Passagem e despesas com locomoção
10.302.0002.2036 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ASS. HOSP. E AMBULATORIAL
1.500,1002 Recursos do FUS (15%)
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600,0000 Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
3390.33 Passagem e despesas com locomoção
10.304.0002.2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIG. SANITÁRIA
1.500,1002 Recursos do FUS (15%)
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600,0000 Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
10.305.0002.2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIG. EPIDEMIOLÓGICA
1.500,1002 Recursos do FUS (15%)
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.
1.600,0000 Recursos do SUS - Bloco Manutenção
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Os pagamentos ocorrerão de acordo com os Artigos 5º e 6º do Decreto Municipal Nº 002 de janeiro de 2024

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Informar o Contratado da necessidade de manutenção e/ou reparo corretivo do veículo, observadas as normas do respectivo fabricante constantes do manual de manutenção correspondente, o qual não deverá ser utilizado caso haja irregularidade;

e - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

f - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Substituir imediatamente o veículo por outro equivalente, caso não tenha condições de ser utilizado no serviço;
- i - Efetuar os serviços de manutenção corretiva e preventiva do veículo, mantendo-o equipado de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito;
- j - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- k - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Parelhas.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Equador - RN, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

A PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR - RN.

PROPONENTE
CNPJ

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR**

ANEXO IV - A

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR - RN.

PROPONENTE
CNPJ

DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.